



STF quer opinião da PGR sobre inquérito do dossiê

O Supremo Tribunal Federal deve pedir parecer da Procuradoria-Geral da República para decidir se recebe ou não a denúncia contra o senador Aloízio Mercadante (PT-SP) e mais seis acusados de envolvimento no caso do dossiê PT-sanguessugas, que teria sido encomendado por petistas para prejudicar José Serra, governador eleito de São Paulo. As informações são do repórter Vannildo Mendes, do jornal *O Estado de S. Paulo*. De acordo com o jornal, os autos do inquérito, que tem 21 volumes e mais de 1,4 mil páginas, já chegaram ao Supremo.

Mercadante declarou nesta terça-feira (26/12) que não aceita “o papel de bode expiatório” e decidiu contratar advogado para se defender “com unhas e dentes” do que considera uma injustiça. Ele disse que vai explorar o que chama de inconsistências do relatório da Polícia Federal, entregue na semana passada à Justiça. Em nota, ele classificou o relatório de desonesto, leviano e irresponsável. “A PF preferiu fazer cortina de fumaça para encobrir o fracasso de suas investigações.”

A principal falha do relatório, a seu ver, é inverter o ônus da prova e transferir para os acusados a missão de provar a denúncia. Ele se referia ao trecho em que o delegado Diógenes Curado, encarregado do caso, assinala que “cabe a eles (acusados) a responsabilidade para que os pontos obscuros fiquem totalmente esclarecidos”. A inversão, para o senador, mostra que a PF não conseguiu chegar à origem do dinheiro da compra do dossiê e fracassou em seu dever de levantar provas contra os responsáveis pela trama. “A conclusão do relatório não encontra fundamento na investigação, mas sim numa ilação irresponsável e insustentável do inquérito.”

Para a PF, não há dúvidas no relatório, mas certezas baseadas em provas. Um delegado que participou das investigações relacionou essas certezas: “Primeiro, houve uma trama comandada por petistas para compra do dossiê para prejudicar candidaturas tucanas. Segundo, o dinheiro foi apreendido com dois desses petistas, num hotel de São Paulo”, disse referindo-se ao R\$ 1,7 milhão encontrado com Gedimar Passos e Valdebran Padilha, ao serem presos no Hotel Ibis, no dia 15 de setembro. “E, terceiro, o dossiê interessava essencialmente ao comitê eleitoral do senador, cuja campanha enfrentava dificuldades frente a José Serra.”

O delegado lembrou, por fim, que o então coordenador de comunicação da campanha de Mercadante, Hamilton Lacerda, foi flagrado pelas câmeras do circuito interno do Hotel Ibis quando chegava com as malas que supostamente continham o R\$ 1,7 milhão em reais e dólares.

A única dúvida é de onde veio o dinheiro. Mas para a PF, há indícios fortes de que foi da campanha de Mercadante, o que significa caixa 2, um crime eleitoral. “Se eles têm outra versão, que digam de onde veio o dinheiro.”

Date Created

27/12/2006